



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[f /SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5295 – 01 abril de 2016

Direitos trabalhistas em sério risco

Enquanto a grande mídia trabalha para que os cidadãos fiquem indignados com a corrupção no país, que diga-se de passagem é um problema histórico que remete ao ano de 1500, graves ameaças avançam sem muita resistência no Congresso Nacional mais conservador do Brasil.

Abaixo uma lista com alguns projetos reacionários que podem, sim, tirar direitos:

1. Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família – ficam fora do alcance de políticas do Estado (PL 6583/2013 – Câmara);
2. Instituição do Estatuto do Nascituro – seria concretizada a criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto em caso de estupro (PL 5069/2013 – Câmara);
3. Paralisação das demarcações de terras indígenas (PEC 215/2000);
4. Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado);
5. Regulamentação da terceirização sem limite (PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado) e
6. Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho (PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara), Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa (PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado) e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara)



1964:

PARA QUE NÃO MAIS SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!

No começo da década de 60, o Brasil passava por uma grande agitação política. Após a renúncia de Jânio Quadros, assumiu o seu vice, João Goulart (conhecido como Jango). Ele defendia medidas consideradas de esquerda para a então política do país e planejava reformas de base que visavam reduzir as desigualdades do país. Entre as reformas, estavam a eleitoral, a bancária, a educacional e, principalmente, a agrária. As elites temiam que essas alterações afetassem seu poder econômico e adotaram algumas medidas para enfraquecer o presidente, como o parlamentarismo que, em 1961 e 1962, atribuiu funções do Executivo ao Congresso, dominado na época por representantes das elites. O regime presidencialista foi restabelecido em 1963 após um voto popular.

A elite não deixou passar e reagiu: a imprensa, o clero conservador e o empresariado organizaram, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela liberdade” que reuniu cerca de 500 mil pessoas. Eles renunciavam as tentativas de reforma da Constituição Brasileira e a defesa dos princípios da política do Brasil.

Então, em 31 de março de 1964, os militares iniciaram a tomada do poder e consumaram o golpe em 1º de abril, com a deposição de Jango. Em 02 de abril, João Goulart partiu de Brasília para Porto Alegre e Ranieri Mazilli assumiu a presidência. Após alguns dias, Jango se exilou no Uruguai.

Quando o Brasil e alguns países do exterior lembram o golpe de 1964, com debates, palestras, artigos científicos e jornalísticos, o SindBancários Petrópolis não poderia deixar de destacar o caso do bancário do Banco do Brasil Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, por duas vezes presidente do SEEB/RJ, com atuação heroica na luta pela liberdade e a democracia.

Nos registros oficiais constam que ele teria sido preso em 09 de maio de 1971, em São Paulo, sob o nome falso de João Alves Pedreira Ferreira, como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Os primeiros boatos da morte de Aluísio Palhano correram em 1976. Mas, segundo o preso político Altino Dantas Júnior, seu companheiro de cela, em correspondência encaminhada ao então ministro do Supremo Tribunal Militar general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Palhano foi morto no DOI-Codi, na Rua Tutoia, em São Paulo, onde teria ficado preso durante 11 dias. Recentemente, houve informações de que ele teria passado pela Casa da Morte, em Petrópolis, com a possibilidade de ter sido atirado em um rio. Outras fontes ligadas aos órgãos de tortura aventaram também a hipótese de que seu corpo tenha sido incinerado em altos-fornos de usinas de açúcar em Campos, junto com outros presos políticos assassinados. Supôs-se ainda que seu corpo tivesse sido enterrado em vala comum, com outros militantes da resistência, na região da Grande São Paulo.

É hora de revelarem também o que realmente aconteceu ao bancário que lutou e morreu pela democracia deste país.